



Assembleia Geral

Ata Numero 83

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e dezassete, pelas dezanove horas e trinta minutos reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Corfebol, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2016
2. Ratificação de duas alterações pontuais aos art 10 e 124 do Regulamento Disciplinar solicitadas pelo IPDJ, e já aprovadas em competente Reunião de Direção
3. Informações

A mesa foi presidida pelo Vice-Presidente, José Pavoeiro, devido à ausência justificada do Presidente Mário Santos, que pessoalmente propôs a adição do ponto 3 à agenda que foi aprovado.

Após as boas-vindas, foi dada a oportunidade ao Dr. Nuno Fonte, em representação do Fiscal Único de dar algumas notas explicativas sobre o Relatório Financeiro e Contas tendo os delegados oportunidade para colocar as dúvidas que subsistissem.

De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Federação para também dar algumas explicações e informações complementares ao Relatório de Atividades sendo também de seguida dada oportunidade aos delegados para colocarem as suas questões e pedidos de esclarecimento.

Tendo sido concluído os períodos de esclarecimento foi colocada à votação o Relatório e Contas de 2016 tendo sido aprovado por unanimidade.

Dando início ao ponto 2 da agenda de trabalhos, foi dada oportunidade ao Presidente da Federação de explicar a origem da necessidade de alteração e a competente decisão da Direção da Federação, e não havendo pedidos de esclarecimento apresentados pelos delegados foi colocada à votação a ratificação das referidas alterações, tendo sido aprovado por unanimidade.

No ponto 3. o Vice-Presidente deu informações sobre o acolhimento e expectativa que está a ter a Disciplina Adaptada em novas geografias, havendo solicitações vindas de instituições dos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Portalegre o que define já hoje o Corfebol como a modalidade coletiva rainha do desporto adaptado.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a Assembleia da qual foi lavrada a presente ata.

José Pavoeiro
Vice-Presidente

Ricardo Escada
Secretário



Relatório e Contas da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

referentes ao Exercício 2016



42

Relatório da Atividade



O exercício de 2016 incluiu, a meio do seu calendário, as eleições dos seus órgãos sociais - a Mesa da Assembleia Geral, o Presidente, a Direção, e os Conselhos de Arbitragem, Disciplina, de Justiça e Fiscal – para o quadriénio 2016-2020, em respeito pelas regulamentações conjuntas dos Regime Jurídico das Federações Desportivas (Decreto-Lei 93/2014, de 23 de Junho e Decreto-Lei 248-B/2008, de 31 de dezembro), dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da FPC, tendo-se apresentado uma única lista, que foi eleita pela maioria absoluta dos votos expressos, numa acorrência expressiva às urnas.

Apesar deste contexto institucional, ter detido as atenções dos associados entre os meses de Abril e Julho, foi possível:

1. Promover o Corfebol e o valor social das suas características desportivas e coeducacionais;
2. Contribuir para o desenvolvimento do movimento associativo através de medidas que responderam eficientemente às múltiplas oportunidades, com que nos deparamos;
3. Gerir e planear de uma forma criteriosa, objetiva e sustentável as múltiplas ações com vista ao desenvolvimento do Corfebol no país;
4. Envolver parceiros externos que qualificam e potenciam o nosso programa de ação;
5. Granjear o respeito das entidades de governo, autarquias, parceiros desportivos nacionais e internacionais;
6. Amplificar o retorno do investimento em torno da modalidade.

Deste modo, todos os projetos e ações apresentados neste Relatório de Atividades visaram alcançar os objetivos gerais por que pugnamos: o desenvolvimento e visibilidade do Corfebol.

As condicionantes resultantes da singeleza da estrutura organizativa da Federação, nomeadamente a carência de recursos humanos permanentes, continuam a limitar grandemente a materialização das imensas oportunidades que se abrem ao Corfebol em Portugal, dadas as múltiplas solicitações que lhe são apresentadas e que conferem com o imperativo desenvolvimento da modalidade, e em muitos casos se distribuem por dispares regiões do território português.

Os recursos humanos, e as constrições orçamentais a montante, continuam a ser limitações ao desenvolvimento de muitos dos projetos que estão ao alcance da FPC, rareando a disponibilidade de federados voluntários, sempre indispensáveis..

Uma dimensão que mais caracteriza o potencial do Corfebol, mas ao mesmo tempo aquela incapacidade de o endereçar, resulta do facto de sabermos pelos múltiplos contactos e visitas que se realizaram por todo o País, que o Corfebol se joga em centenas de aulas de Educação Física nas escolas por dia e em todo o território, que centenas de escolas estão apetrechadas para tal, cujo enquadramento exige tempo e recursos, que não estão facilmente ao alcance da FPC.

Passámos em 2016 a ter do Corfebol nas escolas, uma mais exata perceção, coordenação e estratégias, por via da nomeação de um Coordenador Nacional sobre cuja ação alimentamos a maior expectativa.

No que toca aos professores de educação física, a correspondência e progressão dos professores acreditados para disporem do Título Profissional de Treinador de Corfebol Grau I, por via de um adicional formativo à formação acreditada, tal como acordado com a DGE, ainda não foi conseguida com o IPDJ, oferta que interessaria à comunidade de professores potencialmente candidatos, que ascendem a cerca de centena e meia.

PARCERIA COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Deu os seus primeiros passos a implementação do Contrato Programa para o quadriénio, que visa todo um conjunto de atividades de prática, ensino e divulgação da modalidade co-financiadas pela Junta de Freguesia, para alavancar o desporto, igualdade e bem-estar dos seus fregueses.

Foram já concretizados no decurso do 4º trimestre de 2016:

1. Apoio ao re-equipamento da Seleção Nacional em trânsito para o Campeonato da Europa 2016.
2. Realização de workshop de formação para 12 professores contratados pela Junta e responsáveis pelas AECs.
3. Aranque da implementação, a partir de início de Outubro, da Academia de Corfebol nas três escolas de 1º Ciclo da Freguesia (Escola Frei Luís de Sousa, Escola das Laranjeiras e Escola António Nobre), apetrechadas com cesto e bolas,

A Direção



em dezenas de alunos participam nas aulas ministradas por um professor de educação física designado pela Federação.

4. Aquisição de 2 Postes Exteriores para Campo de Corfebol na Freguesia e de Postes Duplos de Exterior para 6 Jardins da Freguesia.
5. Realização de um Torneio de Desporto para Todos, para portadores de deficiência intelectual, no Pavilhão do Instituto Militar Pupilos do Exército.
6. Apetrechamento da FPC com uma carrinha de transporte de pessoal e material, há muito ambicionada para apoio à logística das atividades desportiva e de desenvolvimento.
7. Realização da Cerimónia Anual de Entrega de Prémios e Diplomas, no Palácio da Quinta de Devisme, ultrapassando largamente a lotação da sala, com federados e agentes desportivos, não faltando o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, os vereadores de Desporto de vários municípios, representantes das instituições do desporto, o próprio Presidente da Junta, para além de muitas mais altas individualidades.

ATIVIDADE REGIONAL

Norte Litoral – reforçada a Delegação do Porto com um Professor de Educação Física responsável pela dinamização da relação com as autarquias e desporto escolar. Particular atenção ao crescimento do número de equipas de desporto escolar nos agrupamentos de Braga, Maia e Matosinhos, o que constitui uma significativa oportunidade para elevar a participação da juventude no desenvolvimento da modalidade.

Numa perspetiva integradora de todas as valências de Corfebol da região foi negociado a participação das comunidades desportivas universitárias, nomeadamente UM, Aveiro e CDUP, nas iniciativas de Corfebol a implementar.

O programa de Desporto para Todos (apresentado mais à frente) tem aberto excelentes oportunidades em vários distritos em que, por motivo da implementação do Corfebol Adaptado, desperta uma atenção particular ao Corfebol e a abertura da autarquia e outras forças vivas do desporto em alavancar a divulgação da modalidade nos seus distritos. Tal foi verificado em Santarém e Leiria onde surgem oportunidades de desenvolvimento a ter em consideração num futuro próximo, bem como o seu contágio ao distrito de Coimbra.

QUADRO COMPETITIVO NACIONAL

O Quadro Competitivo Nacional, que registou mais de 370 jogos oficiais, desenrolou-se num enquadramento de três Divisões, que disputaram o Campeonato Nacional em paralelo com a Taça de Portugal, e terminando com a SuperTaça Mário Godinho, em 1 de Dezembro de 2016.

Os campeonatos nacionais terminam com play-offs entre os primeiros 4 lugares da classificação final de cada divisão.

Os campeonatos nacionais de Juvenis e Juniores decorreram com base em torneios agendados a partir de Janeiro de 2016, e que ditaram os respetivos campeões nacionais. Para outros escalões mais jovens foi acordado com os clubes a forma competitiva sendo encontradas formas de integração com o desporto escolar dos mesmos escalões (iniciados e infantis).

A Taça de Portugal concluiu-se com a Final4, e que constituiu pela qualidade e concentração dos jogos uma boa oportunidade de divulgação da modalidade, tendo como palco o Pavilhão Municipal de Almada.

Realizou-se a primeira época de Campeonato Out-door, constituído por um conjunto de jornadas em relva e na praia.

São de realçar assim os seguintes resultados qualitativos:

1. as mexidas no tradicional ranking de equipas e suas qualificações na 1ª divisão
2. o aumento da competitividade nas 2ª e 3ª divisões evidencia uma melhoria no trabalho de desenvolvimento nas camadas de formação dos clubes de onde emerge uma maior maturidade e talento
3. o aumento do número de equipas e jornadas de equipas de escalões jovens como aposta de futuro, e embora ainda não totalmente conseguido, uma maior articulação com o Desporto Escolar
4. a afirmação da competição outdoor como um instrumento de alargamento competitivo e de visibilidade da modalidade.

A Direção



DESPORTO NAS UNIVERSIDADES

Pelo 4º ano consecutivo e com um número crescente de formações realizou-se o Campeonato Nacional Universitário no complexo desportivo da Estádio Universitário de Lisboa.

Com significativa presença de atletas sem percurso competitivo federado, este campeonato revelou o surgimento de potenciais em algumas universidades do país, nomeadamente na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade de Aveiro, que apresentaram mais do que uma equipa na Competição, que contou com arbitragem oficial requisitada pela FADU à FPC.

Esta regular competição universitária é tanto mais importante quanto se aproxima o 1º Campeonato do Mundo Universitário de Corfebol da FISU - Fédération Internationale du Sport Universitaire, que terá lugar na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, já em 2018.

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Depois de uma pouco sucedida participação no Campeonato do Mundo da Bélgica, em 2015, a Seleção Sénior desenvolveu a sua atividade de preparação com 3 estágios em Portugal e um estágio de 3 dias, já na Holanda, prévio ao início do Campeonato da Europa, que teve lugar em Dordrecht. Demonstrando um elevado nível de espírito de equipa e execução a Seleção Nacional obteve um importante 4º lugar na competição, reposicionando Portugal no topo do ranking internacional.

Participaram também a Seleção Nacional Sub-19 na Taça do Mundo de Juniores e na Taça do Mundo Sub-17, provas oficiais da Federação Internacional. Com momentos de estágio concentrados no calendário prévio às competições em que participaram, estas Seleções jovens, demonstraram um elevado nível de determinação e competitividade, apesar da sua grande juventude em prestações internacionais. As nossas seleções Sub-19 e Sub-17 viriam a alcançar os 6º e 8º lugares, respetivamente.

No total dos momentos de estágio das três seleções estiveram envolvidos 60 atletas, 48 dos quais representaram Portugal.

Merece menção honrosa a excepcional colaboração e disponibilização de meios para os estágios das várias seleções nacionais concedidos pela Câmara Municipal de Odivelas, constituindo de forma indireta um co-financiamento às representações internacionais do Corfebol Português, e por outro lado correspondendo aos mais elevados standards de locais e condições de prática. Este apoio recebido surge em continuidade de uma excelente relação entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Federação Portuguesa de Corfebol bem como o reconhecimento das potencialidades únicas da modalidade, que historicamente muito tem a ver com o seu Concelho.

PROGRAMA NACIONAL - DESPORTO PARA TODOS

O Projecto Corfebol para Todos cujas bases foram lançadas em 2015 e desenvolvidas nesta segunda edição em 2016, teve como objectivo lançar a disciplina de Corfebol Adaptado para a população de Deficiência Intelectual.

Consistiu de dois momentos formativos e a realização de um Torneio Final onde todas as equipas se defrontaram tendo em vista encontrar os três primeiros classificados.

Em 2016, dando continuidade a este projecto a FPC apresentou uma candidatura para formar novos técnicos e atletas de Corfebol Adaptado, nas regiões de Leiria e Santarém, num total de 17 Instituições.

O Programa consistiu em 4 Momentos Formativos (2 na região de Leiria, 2 na região de Santarém).

Momentos formativos

No primeiro momento formativo participaram apenas os Técnicos das Instituições – total de 35 técnicos. Foram explicados os principais conceitos do Corfebol Adaptado para que os técnicos pudessem começar a formar os seus atletas apoiados pelos Kits de Corfebol residentes nas instituições, constituídos por um poste extensível e duas bolas de Corfebol.

A Direcção



No segundo momento formativo participaram os 35 técnicos e cerca de 50 atletas de todas as equipas. Neste momento formativo são aprimoradas regras e esclarecimento de dúvidas com os técnicos resultantes já da implementação nas suas equipas seguido de jogos de 10 min cada, onde todas as equipas se defrontam.

Nos momentos formativos existe sempre um momento convívio -> *a hora do lanche*, em que os atletas das várias equipas, professores, técnicos, monitores e restante equipa do projecto se juntam. É sempre um momento e uma excelente oportunidade para a socialização de equipas, técnicos, professores, monitores e demais elementos de equipa do projecto.

Os objectivos de aprendizagem estabelecidos nas formações, permitiram que, quer os técnicos quer os atletas que de forma rápida e eficaz apreenderam os principais conceitos do Corfebol, superassem as nossas expectativas.

Entre a realização dos momentos formativos e até ao Torneio, são feitas várias visitas às Instituições durante a altura dos treinos.

Essas visitas de acompanhamento destinam-se a esclarecer dúvidas que possam subsistir relativamente às regras da modalidade e sua adaptação, bem como forma de motivar as equipas.

O momento essencial do projecto é a realização de um Torneio final onde participam todas as equipas: as de Lisboa formadas no ano passado e as de Leiria e Santarém formadas este ano.

II Torneio - Corfebol para Todos

Realizado no Centro de Estágios e Formação Desportiva de Rio Maior no dia 12 de Dezembro de 2016. Participaram 23 equipas, 47 técnicos e 236 atletas.

O terreno de jogo foi dividido em 3 campos, tendo as várias equipas jogado entre si de forma bastante aguerrida, com grande energia e sempre com muito desportivismo. Jogos com a duração de 10 min sem intervalo, de modo a que as equipas possam realizar um maior número de jogos e com um maior número de equipas. Sairam vencedores: (1) CERCITEJO, (2) CASA DE S. VICENTE, (3) CERCIAAMA

Os inquéritos de avaliação do Torneio dão-lhe uma nota muito positiva, quer no que respeita à organização, quer no que concerne às componentes de contexto (instalações, equipamentos e catering), quer ainda nos níveis de socialização e relações de amizade, conseguidos entre os participantes.

Objectivos atingidos:

- Promoção e divulgação do Corfebol, enquanto modalidade desportiva adaptada
- Captação novos praticantes com necessidades especiais/deficiência
- Fomento da prática desportiva de Corfebol junto do cidadão com deficiência
- Adaptar a modalidade à especificidade de cada deficiência
- Organização e coordenação de actividades de foro experimental e/ou competitivo.

CONTRATO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS/HUMANOS

O Departamento de Formação da FPC possui a acreditação na DGE e no IPDJ e realizou em 2016 as seguintes 12 ações de formação:

- Curso de Treinadores Grau I, 81h
- Curso de Árbitros Inicial
- Formação de Professores – Escola das Laranjeiras
- Formação de Professores – Agrupamento de Escolas do Fundão
- Formação de Professores – Escola Secundária Maria Amália Vaz Carvalho
- Formação para Treinadores realizada por Kees Rodenburg
- Formação de Professores Acreditada, 25h, Póvoa do Varzim – Integrado na Semana Nacional do Desporto Escolar (2ª Edição)
- Formação de Corfebol Adaptado para Instituições da Saúde Mental em parceria com a CMLisboa, 12h
- 2 Curso Secretários Técnicos

A Direção



- Curso IKF Árbitros Nacionais e Internacionais, 45h
- Formação para Dirigentes

ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CP ÉTICA

Implementação do cartão branco nos Torneios de Jovens e Juvenis; e nos Outdoors e a realização de várias iniciativas de sensibilização sobre a ética e deontologia do desporto realizadas em Lisboa, Leiria, Coimbra e Porto bem como acções de sensibilização em conjunto com as acções de Formação de Corfebol Adaptado, realizado com técnicos e atletas de Deficiência Intelectual (cerca de 250) da região de Lisboa, Leiria e Santarém.

Em 2016 o nosso projecto consistiu na aquisição de material de marketing e de divulgação com frases de ética e fair play (rool ups, lonas e tshirts) para utilização não apenas nas acções de formação e sensibilização designadas na candidatura, mas para utilização em todas as iniciativas de Corfebol, na medida em que consideramos que as características peculiares da nossa modalidade se enquadram totalmente nos valores de éticos preconizados pelo PNED.

Os materiais com frases apelativas são visualizados por todos os nossos agentes desportivos, desde treinadores, árbitros, dirigentes, atletas, fãs da modalidade e público em geral.

OUTRAS ACTIVIDADES DE DINAMIZAÇÃO REALIZADAS:

- Futurália – 29 de Março a 1 de Abril – 4 dias (full time)
- VI Festa dos Finalistas do Programa de Apoio à Natação Curricular – Piscina da Ameixoeira, Restelo, Casal Vistoso, Olaias (durante 1 semana todas as manhãs) - Maio
- Olisipiadas – Demonstração na Escola Paços Manuel – Abril
- LUDO APTA V - A inclusão pelo desporto - a convite da OASIS em parceria com a ESECS, Instituto Politécnico e C.M. de Leiria – 20 de Abril
- Olisipiadas – Demonstração no Polidesportivo do Passadiço – Maio
- Kids Race 2016 – 3ª Edição - 7 de Maio
- Festa de Encerramento do Ano Lectivo e Dia Olímpico – 3 de Junho
- Olisipiadas – Como modalidade de Experimentação/Demonstração durante as Fases Locais - 4 e 5 de Junho.
- Outdoor Loures – 18 de Junho
- Outddor Praia Sto Amaro Oeiras – 25 de Junho
- Outdoor Sintra – Praia das Maçãs – 2 de Julho
- Outddors Laranjeiro – 9 de Julho
- Festas do Concelho de Loures – 23 de Julho
- Espaço Filhos - Férias de Natal 2016 - Vila da Feira - 29 de Dezembro

A Direção



Relatório Financeiro e Contas da Direção

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2016

1 - Introdução

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a Direcção da Federação Portuguesa de Corfebol, com sede social em Avenida Norton de Matos 69 A, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Federação Portuguesa de Corfebol, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

1.1 - Apresentação da Entidade

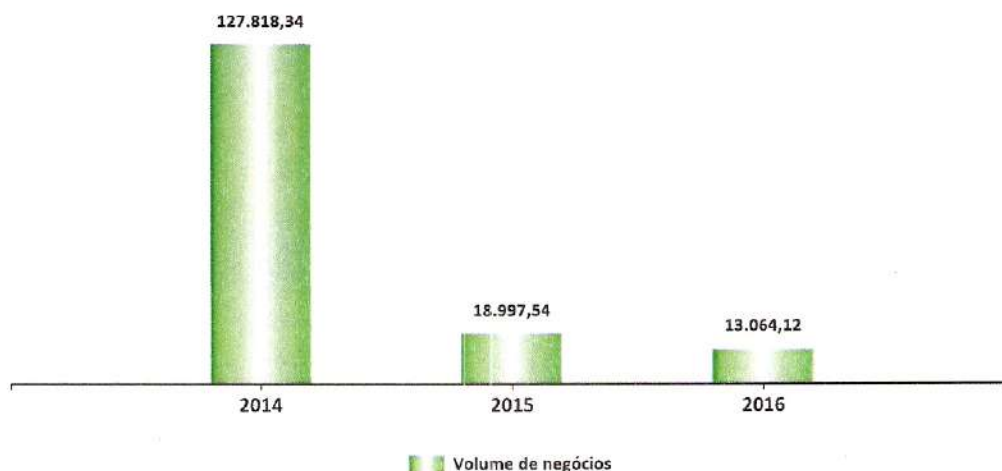
O Corfebol existe em Portugal desde 1982 e conta com cerca de 700 atletas federados. Conta agora com 12 clubes inscritos, havendo maior predominância de atletas na zona de Lisboa. Sendo o Corfebol Português reconhecido internacionalmente, as nossas seleções nacionais têm conseguidos excelentes resultados nas competições internacionais, em todos os escalões. Atualmente, os maiores clubes são Núcleo de Corfebol de Benfica, Clube Carnaxide Cultura e Desporto, Clube de Corfebol de Oeiras, Club Internacional de Foot-ball, Clube Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, Korfbal Lisbon Project, Grupo Desportivo dos Bons Dias e Clube Cultural e Recreativo do Alto do Moinho.

2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham um aumento da atividade desenvolvida pela Federação. O volume de negócios atingiu um valor de 13.064,12 euros, representando uma variação de (31,23)% relativamente ao ano anterior, pelo facto da Federação em 2015 ao contrário do ano anterior no ter organizado eventos internacionais.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



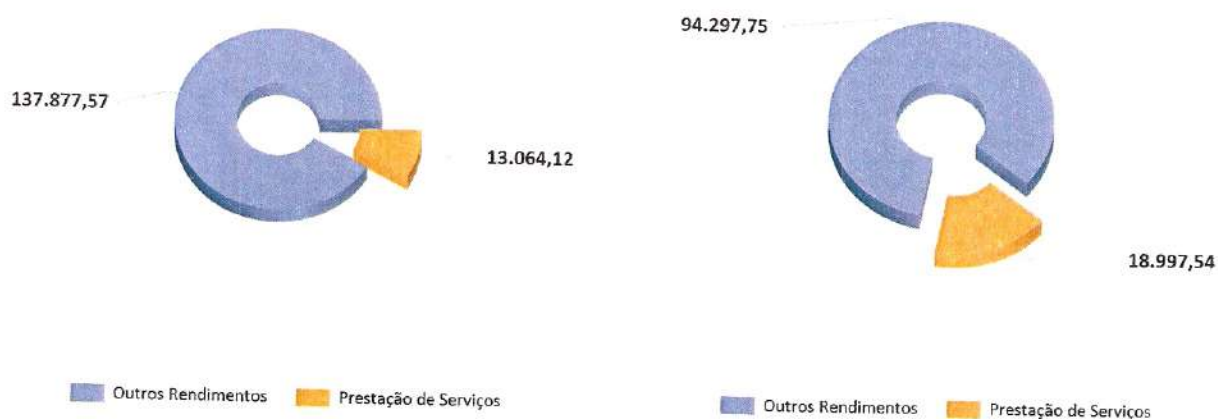
A Direcção



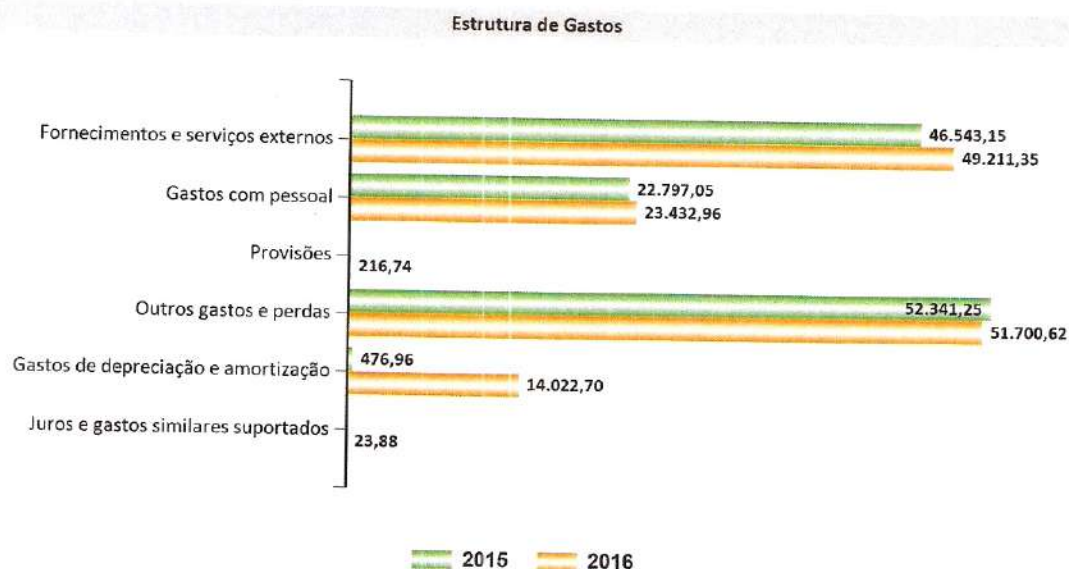
RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2016

2016

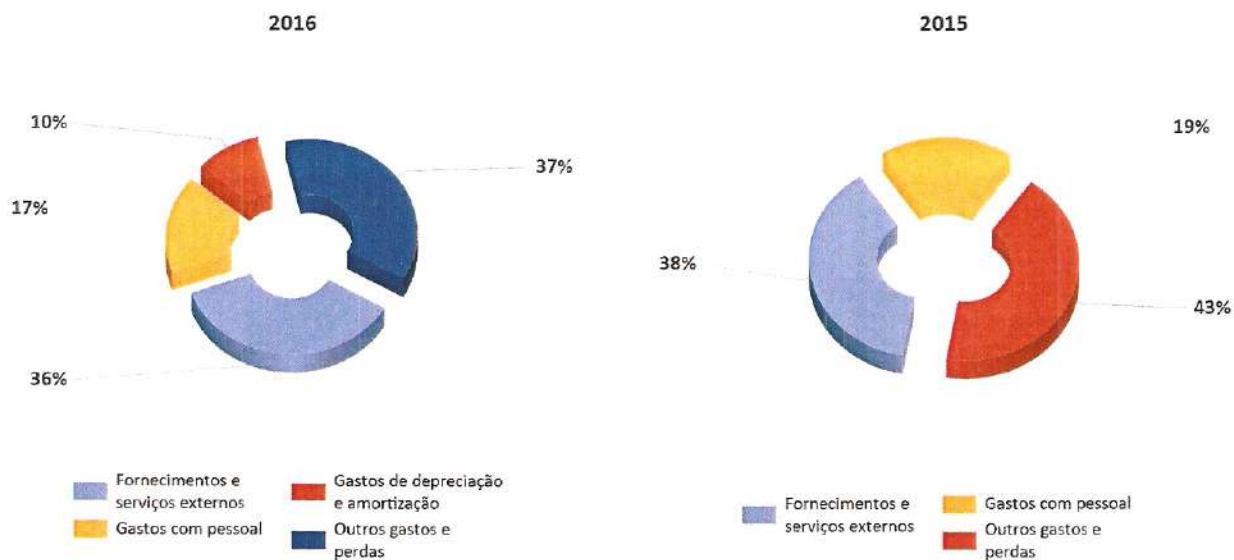
2015



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



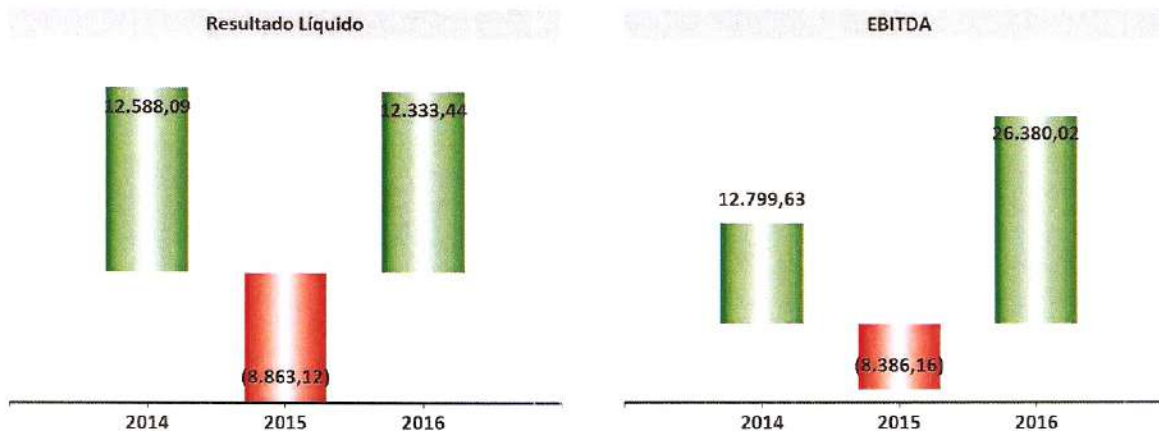
RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2016



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Gastos com Pessoal	23.432,96	22.797,05	22.008,72
Nº Médio de Pessoas	1,00	2,00	2,00
Gasto Médio por Pessoa	23.432,96	11.398,53	11.004,36

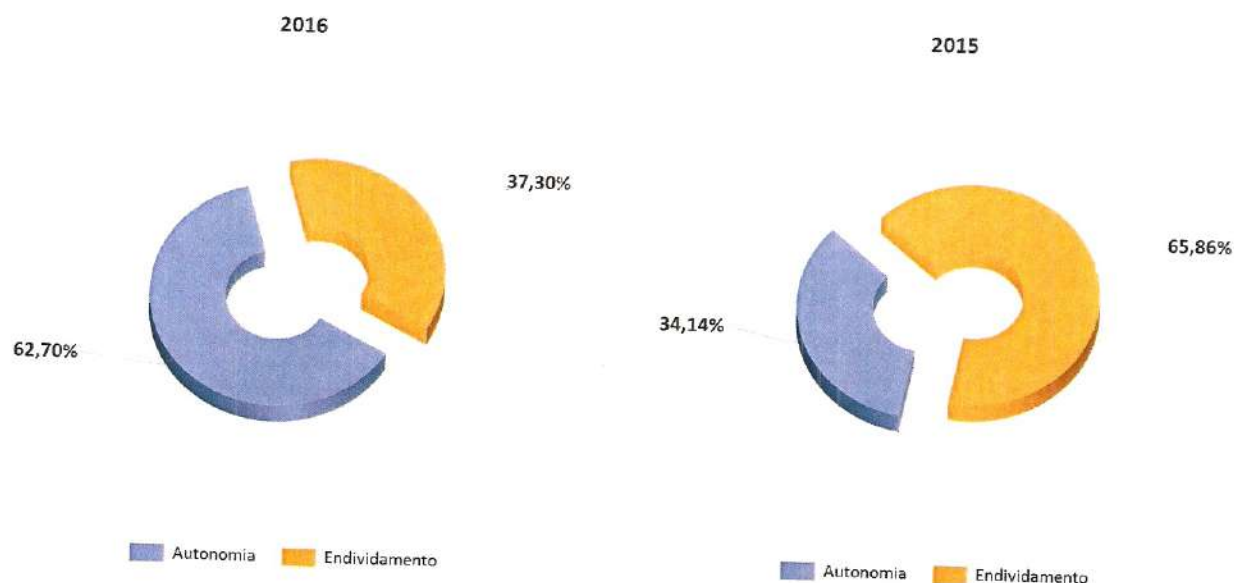
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



A Direção

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2016

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Autonomia	0,63	0,34	0,30
Solvabilidade	1,58	0,52	0,42
Liquidez Geral	0,38	0,59	1,39

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	35.450,36	86 %	13.039,21	61 %
Ativo corrente	5.674,52	14 %	8.326,97	39 %
Total ativo	41.124,88		21.366,18	

RUBRICAS	2016		2015	
Capital Próprio	25.785,27	63 %	7.293,83	34 %
Passivo não corrente	216,74	1 %	0,00	0 %
Passivo corrente	15.122,87	37 %	14.072,35	66 %
Total Capital Próprio e Passivo	41.124,88		21.366,18	

A Direção

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2016

3 - Perspetivas Futuras para Próximo Exercício

A Federação espera em 2017, prosseguir com o trabalho desenvolvido em exercícios anteriores de forma a garantir a tendência ascendente desta modalidade desportiva e conseguir obter ainda melhores resultados.

4 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Corfebol:

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2016.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

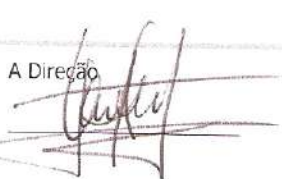
Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

5 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portuguesa de Corfebol no período económico findo em sábado, 31 de dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 12.333,44€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2016
Resultados Transitados	3.550,62
Fundos	8.782,82

A Direção



6 - Agradecimentos

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Federação Portuguesa de Corfebol.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.



Lisboa, 16 de março de 2017

A Direção



Handwritten signature or mark.

Balanço

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			2016	2015
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	35.450,36	13.039,21	
		35.450,36	13.039,21	
Ativo corrente				
Créditos a receber	9	2.064,25	3.268,41	
Diferimentos	9	249,30		
Caixa e depósitos bancários	12	3.360,97	5.058,56	
		5.674,52	8.326,97	
Total do ativo		41.124,88	21.366,18	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	9	(9.955,55)		
Resultados transitados	9	(3.550,62)	(2.143,05)	
Excedentes de revalorização	9	6.300,00	6.300,00	
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8;9	20.658,00	12.000,00	
Resultado líquido do período		12.333,44	(8.863,12)	
Total do fundo de capital		25.785,27	7.293,83	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	7	216,74		
		216,74		
Passivo corrente				
Fornecedores	9	5.694,97	9.898,24	
Estado e outros entes públicos	11	971,72	720,20	
Financiamentos obtidos	5;9	154,24	238,83	
Outros passivos correntes	9;10	8.301,94	3.215,08	
		15.122,87	14.072,35	
Total do passivo		15.339,61	14.072,35	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		41.124,88	21.366,18	

A Direção

Contabilista Certificado 73998

David Santos



7

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	6	13.064,12	18.997,54
Subsídios, doações e legados à exploração	8	131.759,21	83.656,91
Fornecimentos e serviços externos	6	(49.211,35)	(46.543,15)
Gastos com o pessoal	10	(23.432,96)	(22.797,05)
Provisões (aumentos/reduções)	7	(216,74)	
Outros rendimentos	6	6.118,36	10.640,84
Outros gastos	6	(51.700,62)	(52.341,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26.380,02	(8.386,16)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(14.022,70)	(476,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.357,32	(8.863,12)
Juros e gastos similares suportados	5	(23,88)	
Resultado antes de impostos		12.333,44	(8.863,12)
Resultado líquido do período		12.333,44	(8.863,12)



7

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		30.664,12	18.997,54
Pagamentos a fornecedores		50.340,10	53.712,53
Pagamentos ao pessoal	10	23.181,44	22.311,14
Caixa gerada pelas operações		(42.857,42)	(57.026,13)
Outros recebimentos/pagamentos		51.300,84	61.624,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.443,42	4.598,45
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	27.433,85	6.370,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		17.400,00	
Juros e rendimentos similares		1,31	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(10.032,54)	(6.370,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5	8.872,59	7.431,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5	8.957,18	7.941,91
Juros e gastos similares	5	23,88	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(108,47)	(510,91)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.697,59)	(2.282,46)
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	5.058,56	7.341,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	3.360,97	5.058,56



A

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 6					(2.143,05)	6.300,00	12.000,00	(8.863,12)	7.293,83		7.293,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(1.407,57)		(8.742,00)	8.863,12	(1.286,45)		(1.286,45)
7					(1.407,57)		(8.742,00)	8.863,12	(1.286,45)		(1.286,45)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								12.333,44	12.333,44		12.333,44
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		(9.955,55)							(9.955,55)		(9.955,55)
Outras Operações							17.400,00		17.400,00		17.400,00
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 6+7+8+10		(9.955,55)			(3.550,62)	6.300,00	20.658,00	12.333,44	25.785,27		25.785,27

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1				(14.731,14)		12.000,00	12.588,09	9.856,95		9.856,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					12.588,09	6.300,00		(12.588,09)	6.300,00		6.300,00
	2				12.588,09	6.300,00		(12.588,09)	6.300,00		6.300,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(8.863,12)	(8.863,12)		(8.863,12)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							(2.563,12)	(2.563,12)		(2.563,12)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5				(2.143,05)	6.300,00	12.000,00	(8.863,12)	7.293,83		7.293,83



7

Anexo às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Corfebol, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, nº 41/94, na 2ª série, nº 209 de 9 de Setembro.

Número de identificação de pessoa coletiva: 502610298.

Lugar da sede social: Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa.

Endereço eletrónico: fpcorfebol@gmail.com

Página da internet: www.fpcorfebol.pt

Natureza da atividade:

A Federação Portuguesa de Corfebol, tem por objecto:

- a) Promover, incentivar, dirigir e regulamentar a prática do Corfebol no país;
- b) Estabelecer e manter relações com as colectividades suas filiadas;
- c) Estabelecer e manter relações com a Federação Internacional de Corfebol;
- d) Representar a modalidade dentro e fora do país;
- e) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- f) Organizar anualmente provas consideradas convenientes à expansão de desenvolvimento do Corfebol a nível nacional.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2016.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a sábado, 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em quinta-feira, 31 de dezembro de 2015.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	3-6 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			14.770,00		4.754,57					19.524,57
Depreciações acumuladas			2.365,42		4.119,94					6.485,36
Saldo no início do período			12.404,58		634,63					13.039,21
Variações do período			10.984,69	11.653,00	(211,54)					22.411,15
Total de aumentos			19.033,85	17.400,00						36.433,85
Aquisições em primeira mão			19.033,85							19.033,85
Outras aquisições				17.400,00						17.400,00
Total diminuições			8.069,16	5.742,00	211,54					14.022,70
Depreciações do período			8.069,16	5.742,00	211,54					14.022,70
Saldo no fim do período			23.369,27	11.658,00	423,09					35.450,36
Valor bruto no fim do período			33.803,85	17.400,00	4.754,57					55.958,42
Depreciações acumuladas no fim do período			10.434,58	5.742,00	4.331,48					20.508,06

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início					4.754,57					4.754,57
Depreciações acumuladas					3.908,40					3.908,40
Saldo no início do período					846,17					846,17
Variações do período			12.404,58		(211,54)					12.193,04
Total de aumentos			14.770,00							14.770,00
Aquisições em primeira mão			6.370,00							6.370,00
Revalorizações (+)			8.400,00							8.400,00
Total diminuições			2.365,42		211,54					2.576,96
Depreciações do período			265,42		211,54					476,96
Outras diminuições			2.100,00							2.100,00
Saldo no fim do período			12.404,58		634,63					13.039,21
Valor bruto no fim do período			14.770,00		4.754,57					19.524,57
Depreciações acumuladas no fim do período			2.365,42		4.119,94					6.485,36

5 - Custos de empréstimos obtidos

- 5.1. Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2016 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 23,88 euros.

- 5.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		154,24		23,88	23,88				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		154,24		23,88	23,88				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		154,24		23,88	23,88				

- 5.3. Outras divulgações

Descrição	Valor Período
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	23,88
Juros de financiamentos suportados	23,88
Outros juros de financiamentos obtidos	23,88

6 - Rendimentos e gastos

- 6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

- 6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	13.064,12	18.997,54
Outros réditos	137.877,57	94.297,75
Total	150.941,69	113.295,29

A rubrica de outros réditos divide-se da seguinte forma:

Subsídios - 131.759,21 euros

Outros rendimentos - 6.118,36 euros

- 6.3. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Outros Rendimentos	6.118,36	10.640,84	2.566,23
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos		750,00	2.542,12
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		9.851,61	
Imputação de Subsídios para Investimentos	5.742,00		
Outros	375,05	39,23	24,11
Rendimentos de Outros Juros	1,31		

6.4. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Outros Gastos	51.700,62	52.341,25	191.022,79
Impostos	21,15	6,00	6,99
Correções de Exercícios Anteriores			
Donativos		1.000,00	527,41
Quotizações	5.185,00	3.585,00	4.914,65
Outros	40,26	0,02	

Os valores mais significativos representados na rubrica "outros" são os seguintes:

Quotizações - 5.185,00 euros

Seguro desportivo - 6.018,50 euros

Troféus/Indumentária - 8.352,57 euros

Organização de campeonatos - 32.037,73 euros

6.5. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	26.632,61	22.529,42
Trabalhos especializados	3.911,88	4.102,36
Vigilância e segurança	507,64	490,58
Honorários	20.763,26	17.779,29
Conservação e reparação	768,02	
Outros	681,81	157,19
Materiais	3.175,21	2.251,58
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.374,74	440,09
Material de escritório	1.748,49	1.802,52
Outros	51,98	8,97
Energia e fluidos	1.126,95	1.089,49
Eletricidade	574,64	613,46
Combustíveis	106,97	
Água	445,34	415,04
Outros		60,99
Deslocações, estadas e transportes	9.291,07	9.272,95
Deslocações e estadas	5.875,18	4.040,53
Outros	3.415,89	5.232,42
Serviços diversos	8.985,51	11.399,71
Rendas e alugueres	5.711,62	5.356,77
Comunicação	2.835,38	5.843,59
Seguros	44,43	
Limpeza, higiene e conforto	344,08	142,57
Outros serviços		56,78
Total	49.211,35	46.543,15

7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

7.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período									216,74
Variações no período			216,74						216,74
Aumentos do período			216,74						216,74
Constituição			216,74						216,74
Diminuições do período									
Saldo no fim do período			216,74						216,74
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

A provisão foi registada esta provisão de 216,74 euros com base num litígio que existe entre a federação e uma empresa de comunicação sendo o valor reclamado igual ao valor da provisão constituída.

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	80.632,00	88.500,00	88.500,00	5.250,00	32.914,59	32.914,59			
Valor dos reembolsos efetuados no período	80.632,00	88.500,00	88.500,00	5.250,00	32.914,59	32.914,59			
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração	80.632,00	88.500,00	88.500,00	5.250,00	32.914,59	32.914,59			
Total									

Os subsídios foram atribuídos à Federação da seguinte forma:

Instituto Português do Desporto e Juventude - 88.500,00 euros

Instituto Nacional para a Reabilitação - 5.000,00 euros

Alto Comissariado para as Migrações - 10.314,59 euros

Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica - 35.000,00 euros

No exercício de 2016 foi adquirida uma viatura pelo montante de 17.400 euros que foi subsidiada ao abrigo de um contrato com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica no valor de 35.000 euros. Esta viatura adquirida em estado de uso encontra-se a ser depreciada em 3 anos, sendo o subsídio reconhecido em resultados na mesma proporção.

O registo deste subsídio encontra-se consagrado na NCRF - ESNL 14.

8.2. Donativos

Os donativos atribuídos à Federação ascenderam a 10.344,62 euros, distribuídos da seguinte forma:

AFF Sports - 6.042,33 euros

Quercar - 2.400,00 euros

Outros - 1.902,29 euros

9 - Instrumentos financeiros

9.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

9.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2015 e 2016, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital		9.955,55		(9.955,55)
Resultados transitados	(2.143,05)	1.407,57		(3.550,62)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	6.300,00			6.300,00
Outros excedentes	6.300,00			6.300,00
Outras variações nos capitais próprios	12.000,00	8.742,00	17.400,00	20.658,00
Outras variações	12.000,00	8.742,00	17.400,00	20.658,00
Total	16.156,95	20.105,12	17.400,00	13.451,83

9.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:			2.064,25		
Outras contas a receber			2.064,25		
Passivos financeiros:			13.996,91		
Fornecedores			5.694,97		
Financiamentos obtidos			154,24		
Outras contas a pagar			8.301,94		
Ganhos e perdas líquidos:			0,90		
De ativos financeiros			(0,41)		
De passivos financeiros			1,31		
Rendimentos e gastos de juros:			(23,88)		
De passivos financeiros			(23,88)		

10 - Benefícios dos empregados

10.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Em 31 dezembro de 2016 a federação tinha 1 colaborador.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	23.432,96	22.797,05
Remunerações do pessoal	19.469,87	20.248,27
Encargos sobre as remunerações	3.963,09	2.548,78

Não existem dívidas para com o colaborador.

A Direção

Contabilista Certificado 73998

11 - Impostos e contribuições

11.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		504,59		426,56
Contribuições para a Segurança Social		467,13		293,64
Total		971,72		720,20

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

12 - Fluxos de caixa

12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	5.058,56	166.379,59	168.077,18	3.360,97
Outros depósitos bancários				
Total	5.058,56	166.379,59	168.077,18	3.360,97

12.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

13 - Outras divulgações

13.1. Acontecimentos após a data de balanço

Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção
- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

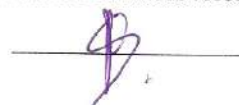
Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

A Direção



Contabilista Certificado 73998





Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Federação Portuguesa de Corfebol, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 41.125 euros e um total de fundos patrimoniais de 25.785 euros, incluindo um resultado líquido de 12.333 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.



Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2017

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do estipulado no artigo numero 20 dos estatutos e respectivos regulamentos, vem o Fiscal Único submeter o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2016.

Acompanhámos com regularidade a actividade da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, tendo recebido todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, de acordo com a Lei de bases para o desporto, examinámos as contas da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, as Demonstrações de Resultados por natureza, Demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

As contas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que nos termos estatutários, integra o Conselho Fiscal, tendo emitido a respectiva Certificação Legal de Contas, que mereceu o nosso acordo e que deve ser considerado como parte integrante deste Relatório.

Tomámos conhecimento do Relatório da Direcção, que espelha as actividades desenvolvidas pela **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, e da proposta de aplicação de resultados nela contida, a qual respeita as disposições previstas na Lei.



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Neste termos, somos de parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2016.

Lisboa, 16 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)